



## **P**ROPOSTA APROVADA NA **A**SSEMBLEIA **G**ERAL DE **S**ÓCIOS DE 30 de OUTUBRO

**1.** Os trabalhadores - e a maioria da população – sofrem as consequências de uma política de austeridade que empobrece o país e aumenta brutalmente as desigualdades sociais. O governo PSD/CDS, na sequência das políticas anteriores do governo PS, tem vindo a debilitar as enormes conquistas sociais que o 25 de Abril possibilitou e o povo conquistou: o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Segurança Social, não escondendo o governo o intuito de as asfixiar para as privatizar. Em outro domínio, mas com os mesmos objetivos antissociais, o atual governo lançou uma sistemática campanha de destruição dos direitos laborais, com alterações gravosas do Código de Trabalho, já de si pernicioso para os trabalhadores, e tentando destruir a prática de uma verdadeira contratação coletiva. As alterações gravosas ao código de trabalho prosseguem a violenta ofensiva aos trabalhadores da função pública. A atual Lei de Trabalho em Funções Públicas é disso prova, ao consagrar algumas normas cujo tratamento é ainda mais desfavorável do que o contido em normas semelhantes do código de trabalho. Vivemos anos de cortes salariais, de redução das pensões, de diminuição acentuada do poder de compra, de brutais aumentos de impostos, de elevadas taxas de desemprego e de “trabalho temporário”, situação agravada pela redução dos apoios sociais a estes cidadãos.

**2.** O orçamento de Estado para 2015 apresenta-se como uma continuidade das políticas impostas nos anos transatos: aumento real da carga fiscal, ausência de medidas sérias de relançamento económico, submissão acrítica às imposições da União Europeia, orientada por políticas neoliberais que estão a destruir o chamado “modelo social europeu” e que conduz a um progressivo e dramático empobrecimento dos países periféricos em proveito das grandes economias, nomeadamente da economia alemã.

No campo da Educação, o Orçamento de Estado para 2015 aprofunda os cortes já sofridos em anos anteriores, tanto no ensino não superior como no superior, conduzindo o país para o desinvestimento numa área por todos reconhecida e apregoada como central para o desenvolvimento económico e social dos países.

**3.** É neste contexto profundamente desfavorável para os trabalhadores que a CGTP-IN, a central sindical em que os trabalhadores portugueses confiam, propôs que o dia 13 de novembro constituísse uma jornada de luta de âmbito nacional, deixando a cada setor a definição das formas de luta mais adequadas à situação em cada um vivida e às possibilidades reais de mobilização.

O debate no secretariado nacional da FENPROF sobre como concretizar esta iniciativa entre os professores permitiu reconhecer, embora com posições divergentes quanto ao que fazer, não haver condições para uma greve geral do setor, devendo cada sindicato decidir as formas de participação nesta jornada de luta.

**4.** A direção do SPGL, após recolha de opiniões junto dos dirigentes entretanto reunidos nas reuniões de setor e junto de vários professores e educadores, propõe à Assembleia Geral de Sócios, reunida em 30 de outubro de 2014 que:

- a)** No dia 13 se realizem o maior número possível de reuniões sindicais nas escolas de todos os graus de ensino;
- b)** Que nas cidades de Lisboa, Almada, Setúbal, Santarém, Caldas da Rainha e outras onde for possível, se faça uma distribuição massiva de um comunicado à população alertando para as consequências dos cortes anunciados para a Educação no orçamento de 2015, cortes que acumulam com outros brutais cortes em anos anteriores.

A direção do SPGL